



CÂMARA MUNICIPAL DE SERRO

CEP 39.150-000 - SERRO - MINAS GERAIS

DESPACHO ADMINISTRATIVO

O Agente de Contratação, no uso das atribuições que lhe confere a Portaria nº 006/2025, vem, com base nos fatos e fundamentos a seguir delineados, proferir a presente decisão:

Verificou-se que o item 6.20.1 do Edital da Concorrência Eletrônica nº 001/2025 exige a apresentação da Planilha Orçamentária de Custos, obrigatoriamente preenchida conforme modelo constante no Anexo XI.

Contudo, após análise técnica e documental, constatou-se que o conteúdo do Anexo XI disponibilizado no edital não corresponde ao modelo de planilha orçamentária exigido, tratando-se, na verdade, de memória de cálculo.

Em razão dessa inconsistência, constatada na fase de habilitação dos licitantes, verificou-se que as disposições contidas no item 6.20 e seguintes induziram tanto os licitantes e a Comissão Permanente de Licitações a erro, comprometendo a regularidade do procedimento.

Tais disposições poderiam levar à inabilitação de todas as empresas participantes, além de gerar insegurança jurídica, sob o potencial risco de violar os princípios orientadores do certame.

O vício identificado é de natureza material, decorrente exclusivamente de falha administrativa, e não pode ser imputado aos licitantes, os quais agiram conforme a orientação e os anexos fornecidos no próprio instrumento convocatório.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é clara no sentido de que erros ou omissões formais do edital que não comprometam a isonomia e a competitividade podem ser corrigidos com base no interesse público.

Contudo, a situação delineada compromete a regularidade do procedimento, uma vez que tais disposições induziram ao órgão licitante e aos participantes a erro, encontrando-se o procedimento em uma fase na qual não se torna mais possível realizar o saneamento.

Ademais, os fatos ora narrados encontram previsão no Art. 147 da Lei 14.133/2021. A anulação do procedimento se mostra como medida de interesse público estando amparado nos requisitos elencados nos incisos do mencionado artigo.

Diante do exposto, e com fundamento no art. 71, §3º da Lei nº 14.133/2021, bem como nos princípios da legalidade, isonomia, ampla competitividade e interesse público, fica assegurado aos interessados o prazo de 3 (três) dias úteis para manifestação acerca da decisão que se pretende adotar.

Cientifique-se a autoridade superior e promova-se o cumprimento imediato desta deliberação.

Serro/MG, 23 de julho de 2025.

Josymar Carvalhais Reis
Agente de Contratação
Portaria nº 006/2025